

# Mídia representa pessoas em situação de rua de forma negativa

Sem-teto são associados à degradação urbana, violência e drogas, além de não terem espaço para falar, diz pesquisa

Larissa Fernandes /Jornal da USP

O número de pessoas em situação de rua tem aumentado nas principais capitais do Brasil. No Rio de Janeiro, essa população quase triplicou em três anos: em 2016 foram contabilizadas 14,2 mil pessoas nessa condição, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social. Em um cenário hostil, as mulheres ainda enfrentam maiores dificuldades. É o que aponta a pesquisadora Suzana Rozendo Bortoli.

Em sua tese de doutorado defendida na USP ela se propôs a chamar a atenção para as vivências de mulheres invisibilizadas e apontar possibilidades para que a imprensa modifique a forma de retratá-las. A jornalista entrevistou 15 mulheres adultas que vivem nas ruas e estavam em Casas de Reinserção Social do município do Rio de Janeiro. Os depoimentos foram coletados em 2014 e revelam o medo da violência física e sexual nas ruas. Além da insegurança, as maiores dificuldades relatadas foram a falta de alimentos, a preocupação com a higiene e o preconceito sofrido.

Ao contrário do que está presente no imaginário do senso comum, a maioria das entrevistadas disse não fazer uso de drogas. Os motivos que as levaram a essa situação são os mais diversos: a violência doméstica praticada por companheiros ou familiares, o desemprego e até a fuga de milícias. Além de dar voz a pessoas marginalizadas, um dos objetivos da pesquisa era descobrir se essas mulheres concordavam com a forma como eram retratadas na mídia.

Para isso, Suzana analisou matérias publicadas nos jornais cariocas Extra e O Globo e concluiu que jornalistas eram parciais em suas narrativas. Alguns exemplos mostram que os periódicos não traziam pluralidade de fontes, ao divulgar somente a versão dos que se queixavam das pessoas nas ruas de seus comércios e casas. Também os associavam à degradação urbana, à violência e ao uso de drogas.



Pesquisa investiga vivências de mulheres sem moradia e sugere como jornalismo pode contribuir nesse cenário.

“O jornalista precisa ouvir os dois lados da história. O repórter não pode ser parcial e divulgar as ‘vozes oficiais’, ele precisa ter contato com aquela pessoa em situação de vulnerabilidade”, afirma a pesquisadora.

Apenas duas mulheres apontaram críticas às matérias, argumentando que são criminalizadas e retratadas de forma sensacionalista e desrespeitosa. Quanto às outras, apesar de terem se identificado, Suzana notou que não tinham acesso a tantas notícias sobre o assunto. “Nos locais onde estavam não tinha uma biblioteca, um jornal diário que todos pudessem ler ou onde pudessem assistir aos jornais que quisessem. Concluo que, pela falta de acesso, elas nem puderam expressar suas opiniões adequadamente.”

Para ampliar a visão sobre o tema, a jornalista também conversou com profissionais que trabalham com esse público, como médicos, psicólogos, assistentes sociais e policiais. De maneira geral, eles criticaram o viés policial utilizado em notícias sobre essa população, a falta de notícias específicas sobre as mulheres adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro e a ausência de apuração sobre o que acontece com essas pessoas após serem retiradas das ruas.

A pesquisadora comenta como jornalistas podem contribuir para desmistificar estereótipos atrelados a essas pessoas: “Ele [jornalista] também tem que ouvir as entidades que apoiam

esse público, como as instituições públicas, religiosas e as ONGs. Deve divulgar serviços de atendimento a essa população, serviços que podem melhorar a qualidade de vida, e fazer denúncias quando encontram algo errado”. Em sua pesquisa, cita o trabalho de páginas como a Rio Invisível e a São Paulo Invisível, que divulgam histórias de pessoas em situação de rua.



Jornais associam população de rua com a degradação urbana, a violência e o uso de drogas.

A doutora em Comunicação estuda sobre essa população desde o seu trabalho de conclusão de curso (TCC), no qual fez um documentário sobre pessoas em situação de rua em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Para ela, o assunto é quase inesgotável: “A universidade é um ambiente rico para os alunos trabalharem com esse público, criarem jornais, entrevistas e documentários. É importante mostrar o outro lado dessa população, não só aquele que estamos acostumados a ver nas grandes mídias, com relatos parciais, cheios de estereótipos, de estigmas e preconceitos”.

A tese Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas foi apresentada na ECA/USP, em 2017, sob orientação da professora doutora Alice Mitika Koshiyama.



Para pesquisadora, jornalistas podem desmistificar estereótipos sobre os moradores de rua.

## Amor é mais associado à felicidade conforme ficamos mais velhos

Larissa Fernandes/Jornal da USP

“Amor é quando ele segura a minha mão pouco antes da decolagem do avião”, respondeu uma das participantes da pesquisa de Thiago de Almeida sobre o conceito de amor. O estudo do psicólogo revelou que a idade, o nível de escolaridade e o gênero são fatores que influenciam a forma como o amor é entendido.

Para descobrir as características comumente associadas ao amor, Almeida realizou palestras, em São Paulo e em São Carlos, nas quais encontrou voluntários para a pesquisa. A coleta foi realizada com 600 sujeitos no total: 390 mulheres, 209 homens e uma pessoa que não identificou o gênero, com a média de 24 anos de idade. Eles tiveram que escrever o que acreditavam ser o amor em 90 segundos – tempo indicado para que seja obtido um número de respostas suficiente.

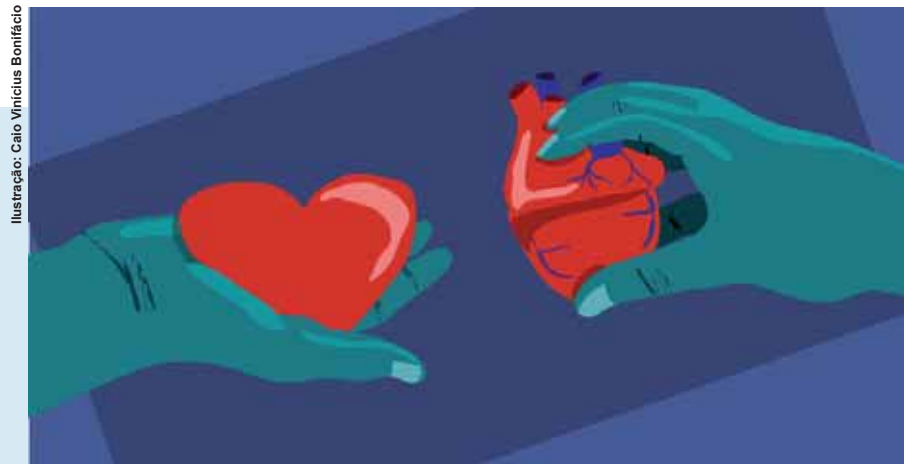
Os perfis dos sujeitos foram separados em sete grupos, de acordo com o local da coleta – além das palestras, o pesquisador recolheu dados em escolas e universidades públicas e privadas. Já as respostas foram distribuídas em 13 categorias criadas por cinco avaliadores: o próprio autor, o professor José Fernando Bitencourt, orientador da tese, um matemático, uma bibliotecária e um psicólogo.

O resultado apontou uma mudança no entendimento do conceito com o passar da idade. “Com o passar do tempo, o

amor fica menos similar às questões românticas, familiares e amigáveis. As pessoas ficam mais pragmáticas e sempre se referindo ao amor de uma forma positiva. A maior parte dos participantes representaram o amor como algo que faz o ser humano feliz”, explica o pesquisador.

Outro achado foi a diferença sobre a forma como o amor é visto por homens e mulheres, o que pode ser um dos fatores para as discordâncias presentes em relacionamentos amorosos heterossexuais. Mais do que os homens, as mulheres associam o amor a amizade, família e animais como uma fonte de emoções, atitudes e comportamentos positivos. Além disso, quanto maior o nível de escolaridade dos participantes, mais ocorreu a associação com aspectos positivos. Isso foi constatado devido ao uso de termos como empatia, cumplicidade e dedicação.

Quanto às categorias de respostas, Almeida afirma que uma exclui a outra. Por exemplo, a categoria “amor como algo ligado a componentes sexuais” não se confunde com “o amor voltado para entidades divinas e/ou sobrenaturais”, em que os sujeitos apontaram Deus, versículos da Bíblia e a própria Igreja como definição de amor. Além dessas, também foi criada a categoria “o amor como uma relação entre pessoas específicas, não necessariamente romântica”, na qual as pessoas nomearam o amor por meio de um



Revisão científica sobre o conceito de amor foi tema de tese de doutorado no Instituto de Psicologia da USP.

pronomes pessoais, apelido, abreviação ou sigla.

As outras dez definições são: algo essencial; indefinível; uma relação romântica entre duas pessoas; voltado para pessoas da família; amigos; animais irracionais; seres inanimados; dirigido a si mesmo; fonte de emoções positivas e negativas.

“Este estudo é a maior e a mais completa revisão científica sobre o amor que existe atualmente”, afirma o pesquisador. O interesse de Almeida em abordar o tema surgiu pelo fato da psicologia, surpreendentemente, abordar pouco o amor como objeto de estudo.

“Entendia-se que o amor era algo relacionado com o místico, poético ou filosófico. Então, era um terreno sobre o qual a psicologia não se debruçava como objeto científico”, explica. O cenário começou a mudar a partir dos anos de 1970, quando o assunto passou a ser estudado por essa ciência.